

Centro de Bem Estar Social de Brasfemes

2021

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS



Centro de Bem Estar Social de Brasfemes, IPSS

Rua dos Descobrimentos, n.º 53

3020 542 Brasfemes

239 941 800

96 9831505 / 96 8930748

www.cebes-brasfemes.pt

cebes.brasfemes@gmail.com

NIF: 503867225



Índice

Relatório de Gestão

1.	Enquadramento	4
2.	Orgãos sociais	5
3.	Missão e valores	6
4.	Actividade associativa	7
5.	Actividade social	8
6.	Protocolos	10
7.	Política de investimentos	11
8.	Recursos humanos	12
9.	Situação contributiva e fiscal	13
10.	Agradecimentos	13
11.	Análise da situação económica e financeira	14
	Análise da estrutura e balanço	14
	Estrutura dos ativos	14
	Estrutura do passivo	16
	Demonstração de resultados	17
12.	Balanço analítico	21
13.	Demonstração resultados por natureza	22
14.	Demonstração fluxos de caixa	23
15.	Anexo	24

ENQUADRAMENTO

Compete ao Centro de Bem Estar Social de Brasfemes providenciar bens e serviços de apoio social a pessoas que deles precisam e que não podem pagar por eles um preço que cubra o respectivo custo.

Esta forma de ajuda aos mais necessitados é uma cultura antiga no nosso país, que remonta ao século XIII, quando foram criadas associações mutualistas, que deram origem mais tarde às Misericórdias.

Esta freguesia também assumiu estes ideais de ajuda ao próximo, inspirando a criação desta IPSS na qual todos nós participamos na sua criação e gestão do dia-a-dia.

O CEBES pertence a um grupo de instituições, mais de 5.000, com 260 mil trabalhadores, que presta um serviço não totalmente pago pelos seus utentes, sendo parcialmente suportado por financiamento estatal, o que leva muitas instituições a sobreviver com dificuldades e necessitem de apoio do mecenato e de outros financiamentos.

Isto obriga a que as IPSS necessitem pelos mais diversos motivos de ter a informação relativa à sua gestão, informação dos recursos, informação económica financeira e fiscal actualizada e disponível para consulta e verificação.

O presente relatório para além de ser uma obrigação legal, é também uma necessidade da própria instituição, pois mostra a forma de gerir que este grupo de associados implementou desde que tomou posse, por forma a mostrar a sua evolução e compreensão da sua situação financeira.

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

<i>Presidente</i>	Acácio Antunes Monteiro
<i>1.º secretário</i>	Abel de Figueiredo Pardal
<i>2.º secretário</i>	Jorge Manuel Fernandes dos Santos

Direcção

<i>Presidente</i>	Paulo Jorge de Quadros Tenreiro
<i>Vice-Presidente</i>	Ana da Conceição Silva
<i>Secretária</i>	Cristina Maria Mendes de Carvalho
<i>Tesoureiro</i>	Vitor Manuel Silva Jorge
<i>Vogal</i>	Maria Graça Mendes Carlos Fernandes
<i>Vogal</i>	Vanda Maria de Almeida do Ó Melo
<i>Vogal</i>	Edite das Neves
<i>Suplente</i>	Maria Dulce Silva Correia
<i>Suplente</i>	José da Conceição Rocha
<i>Suplente</i>	Vânia Isabel Carvalho Jorge
<i>Suplente</i>	Jorge Edmar da Fonseca Santos

Conselho Fiscal

<i>Presidente</i>	Fernando António Santos Nabo
<i>Vogal</i>	Carla Cristina Andrade de Baião
<i>Vogal</i>	Vitor Agostinho Fernandes

MISSÃO e VALORES

O CEBES tem como missão o apoio à comunidade local, promovendo serviços sociais que respondam às necessidades e expectativas das famílias desta comunidade, quer aos mais idosos, quer à infância e também à acção social.

A nossa visão passa por ter uma Instituição com qualidade de referência no apoio ao bem-estar e qualidade de vida dos nossos utentes.

Como valores acreditamos em Solidariedade, Igualdade, Ética, Responsabilidade Social, Diálogo, Dedicção, Sustentabilidade.



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

São os sócios que deliberam sobre investimentos que alteram o património da Instituição, e de quem decide e gere os destinos e o dia-a-dia da Instituição e os seus objectivos de futuro.

Damos a conhecer a estrutura associativa do CEBES na seguinte tabela:

<i>Estrutura associativa</i>	<i>2021</i>
Sócios activos	344
Entradas	16
Desistências	9
Falecimentos	4

Assembleias

Em 2020, o órgão soberano dos associados convocou duas assembleias gerais, para apreciação e votação de assuntos que requerem a aprovação dos associados.

Em 18 de Junho de 2021 convocada a assembleia para discussão e votação das contas de 2020 e parecer do Conselho Fiscal como ponto principal. Foram também discutidos outros assuntos do interesse da assembleia.

Em 26 de Novembro de 2021, para apreciação e votação do orçamento e do programa de acção para 2022.

Boletim Informativo

É a forma de excelência para comunicar com todos os associados, de distribuição em formato digital e em papel, informa das actividades que vamos desenvolvendo ao longo do ano, partilha os resultados financeiros mensais e partilha informação que consideramos pertinente distribuí-la junto dos nossos associados.

ACTIVIDADE SOCIAL

O Centro de Bem Estar Social de Brasfemes tem as respostas sociais orientadas para a terceira idade, para a infância e várias necessidades sociais.

Para os nossos utentes do Centro de Dia existe a capacidade de criar os laços e hábitos com flexibilidade adaptados a esta nova realidade que todos eles sentem quando usufruem pela primeira vez dos nossos cuidados e instalações. Contam ainda com os cuidados necessários de saúde e os cuidados básicos necessários para a qualidade de vida que todos eles merecem.

Em Apoio Domiciliário, outra resposta social com muita relevância na nossa instituição, prestamos serviços de alimentação, cuidados de higiene pessoal, habitacional e tratamento de roupas, bem como visitas domiciliárias aos residentes.

No fornecimento das refeições escolares para a Escola Básica e Jardim de infância, o CEBES conta com a colaboração de uma Nutricionista com a responsabilidade de elaborar as ementas mais apropriadas não só para esta valência do CEBES mas também para toda a instituição, devidamente articulada com a equipa de cozinheiras.

No ATL proporcionamos uma vasta gama de actividades integradas no plano de actividades do CEBES, para que as crianças possam participar livremente e com base no maior respeito pelas pessoas e mantemos um estreito relacionamento com as famílias, com o estabelecimento escolar e com a comunidade, tendo em vista a partilha de responsabilidades e coordenação.

Dada a situação de pandemia que estivemos a viver, o convívio presencial e a interacção social eram de evitar. Tiveram de ser encontradas alternativas à execução das nossas actividades, sempre focados no bem-estar físico e psíquico dos nossos utentes.

No primeiro semestre de 2021, com a reabertura de Centro de Dia e do CATL foram redireccionados novos desafios: recriaram-se métodos e aprendemos novas técnicas, partilhando o mesmo espaço físico com as devidas restrições impostas.

Para que tudo fosse possível, o CEBES criou uma equipa multidisciplinar, tendo contratado em regime de aquisição de serviços uma Animadora Sócio-Cultural, para que as actividades recreativas colocadas à disposição dos nossos utentes fossem estimulantes e participativas.

Para além disto, a vida quotidiana do CEBES é preenchida com diversos tipos de dinâmicas: passeios e caminhadas a praias e locais históricos; desenvolvimento de workshops de culinárias e de reutilização de materiais; expressão musical; ginástica geriátrica; leitura de contos e jornais; realização de trabalhos manuais; participação em jogos didácticos; aprendizagem de novas formas de lazer (ex.: a fotografia e a pintura de mandalas).

De igual forma continuamos a colaborar com a Câmara Municipal de Coimbra (através do projecto do Teatrão e da Biblioteca Anexa da freguesia de Brasfemes), com a Escola Superior de Enfermagem e com o Centro de Saúde de Eiras.

Dia dos Reis

confeção de um bolo rei e cantares, lembrando e preservando tradições costumes regionais;

Dia Internacional do Obrigado

trabalho individual e simultaneamente de partilha. Promoção da estimulação cognitiva e da memória.

Dia Internacional do Riso

realização de “Risoterapia”, através do jogo de imitação de sons de animais;

Dia da Mulher

Dinâmica “Ser mulher é...”; valorização da mulher nas suas diversas vertentes;

Dia do Pai

entrevista aos nossos utentes sobre a importância da figura paterna, com posterior realização de um vídeo. Lembraram-se memórias e sentimentos.

Páscoa

confeção de folares da Páscoa e almoço alusivo à época pascal. Manter a tradição e o respeito pela liberdade religiosa;

A “Revolução dos Cravos”

atividade “Onde estava no dia 25 de Abril de 1974?”. Estimulação da memória e criação de momentos de partilha.

Dia Mundial da Árvore e da Água

caminhada pela freguesia, com percurso pelos fontenários. Promoção do ser biopsicossocial.

Dia da Mãe

lembrar a figura maternal. Estimulação de sentimentos de memórias

Dia da Espiga

confeção de pão e caminhada pela aldeia para recolha dos tradicionais ramos. Manutenção da tradição popular.

Comemoração dos Santos Populares

com base no tema das Marchas populares, os utentes decoraram a instituição alusivo ao tema; realização de uma sardinhada. Estimulação da motricidade fina e imaginação; aliar a alimentação à cultura.

Dia dos Avós

a importância dos avós na vida da comunidade.

Celebração do Natal

entrega de uma prenda a cada utente e oferta de iguarias próprias desta época festiva.

PROTOCOLOS

Refeições escolares

Pelo segundo ano lectivo consecutivo, o CEBES estabeleceu um protocolo com a Junta de Freguesia de Brasfemes e a Câmara Municipal de Coimbra para o fornecimento das refeições escolares aos alunos da Escola Básica e do Jardim de Infância de Brasfemes.

Para que este serviço seja efectuado com todas as condições, o CEBES procedeu à contratação de três funcionárias (empregadas de refeitório) estando também afecta a este protocolo uma cozinheira de 3.^a

Parque do Barreiro

O CEBES estabeleceu um protocolo com a Junta de Freguesia de Brasfemes visando estabelecer a cooperação entre as duas instituições com vista à construção de um Espaço Ajardinado dos Terrenos do “Barreiro”, em Brasfemes.

O CEBES é o legítimo proprietário de um espaço que fica disponível para toda a comunidade e a pretensão da Junta de Freguesia é apoiar a construção do “Jardim” e respectiva manutenção.

Creche

O CEBES estabeleceu um protocolo com a Junta de Freguesia de Brasfemes visando estabelecer a cooperação entre as duas instituições com vista à instalação de uma creche nas instalações da Junta de Freguesia de Brasfemes, situadas na Rua do Tapado.

O CEBES ficou assim possibilitado de preparar uma candidatura ao PRR - Programa de Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais .

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Um dos objectivos do CEBES é a sua sustentabilidade financeira que permita investir na manutenção das instalações e em equipamentos que permitam melhorar a qualidade do serviço prestado nas mais variadas formas em que se possam enquadrar.

Este ano, como no ano anterior, os nossos investimentos traduziram-se maioritariamente na manutenção de edifício e equipamentos, com a contenção achada por necessária e sempre com a motivação de preparar o futuro.

A pintura do interior das instalações do Centro de Dia, o contínuo melhoramento do equipamento da cozinha e a aquisição de meios informáticos e de multimédia, permitem dotar esta instituição com os meios que permitem evoluir e melhorar a qualidade do serviço prestado.

RECURSOS HUMANOS

Os Recursos Humanos, no CEBES são considerados um investimento e uma mais-valia, pela natureza social e humana das actividades que desenvolvemos, prestadas por pessoas para pessoas. No CEBES são valorizadas algumas qualidades intrínsecas como competência, dedicação, interação social, comportamento e conhecimento. São estas maioritariamente as qualidades que fazem a diferença entre instituições.

<i>Quadro interno</i>		<i>Quadro externo</i>	
Directora Técnica	1	Nutricionista	
Encarregada	1	Animadora sócio-cultural	1
Escriturária principal	1	Professor de ginástica geriátrica	1
Escriturária de 3.ª	1		
Animadora cultural	1		
Ajudante acção educativa 3.ª	2		
Cozinheira 1ª	1		
Cozinheira 2ª	1		
Cozinheira 3ª	1		
Ajudante acção directa 1ª	3		
Ajudante acção directa 2ª	2		
Ajudante acção directa 3ª	1		
Auxiliar serviços gerais	1		
Empregada refeitório	2		

O peso dos Recursos Humanos nos gastos do CEBES, é bastante visível, o que mostra que além das revisões salariais imposta pela actualização do CCT em 2021 e os aumentos do salário mínimo relevantes nos últimos anos, procedemos à revisão das categorias profissionais, actualização das diuturnidades e ainda à organização de módulos formativos.

SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA E FISCAL

O CEBES está enquadrado em sujeito passivo de IRC e IVA, com actividades isentas.

Tem perante a Autoridade Tributária, obrigações fiscais declarativas e de retenção de IRS aos sujeitos passivos que ao CEBES prestam serviços profissionais, quer como dependentes ou independentes. Em relação à Segurança Social temos o dever de declarar e entregar os descontos dos nossos colaboradores e colaboradoras no nosso quadro de pessoal.

Todas as nossas obrigações estão cumpridas.

AGRADECIMENTOS

No decurso do exercício das nossas funções sempre encontramos nos Colaboradores da Instituição, nos Fornecedores, nos Parceiros, na Segurança Social, na Junta de Freguesia de Brasfemes, na Câmara Municipal de Coimbra e na população em geral a boa colaboração e o empenhamento necessários, para ultrapassar as dificuldades.

Coimbra, 23 Março de 2022

A Direção

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Instituição, referente ao encerramento do exercício estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;

O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;

Fundos Patrimoniais, é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

Estrutura dos Ativos

A estrutura da Instituição, bem como a sua evolução no exercício 2021, face ao balanço final à data de 31/12/2020, é a que a seguir se apresenta:

Quadro n.º 1

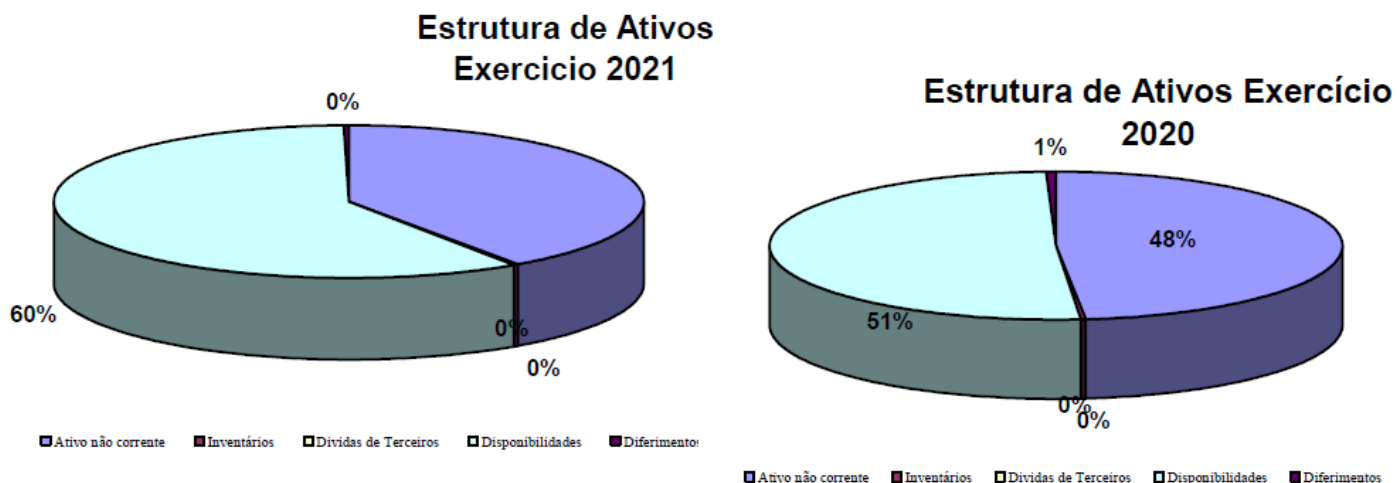
Estrutura e Evolução Patrimonial da Instituição

Descrição	Exercício 2021		Exercício 2020		Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo não corrente	194.329,83	40,17%	203.997,03	42,17%	-9.667,20
Existências	1.350,04	0,28%	819,26	0,17%	530,78
Dívidas de terceiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Disponibilidades	286.955,89	59,32%	214.435,10	44,33%	72.520,79
Diferimentos	1.122,04	0,23%	2.368,53	0,49%	-1.246,49
Ativo	483.757,80	100,00%	421.619,92	87,16%	62.137,88
Fundo Social	382.414,80	94,06%	348.653,79	85,76%	33.761,01
Resultados	24.139,20	5,94%	37.723,09	9,28%	-13.583,89
Fundos Próprios	406.554,00	100,00%	386.376,88	95,04%	20.177,12
Dívidas a terceiros - M/L prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Dívidas a terceiros - curto prazo	56.129,92	63,45%	62.545,47	70,70%	-6.415,55
Diferimentos	32.340,00	36,55%	0,00	0,00%	32.340,00
Passivo	88.469,92	100,00%	62.545,47	70,70%	25.924,45

Pelos valores apresentados constata-se que o Ativo aumentou cerca de 62 mil euros nesta época e os fundos próprios aumentaram cerca de 20 mil euros.

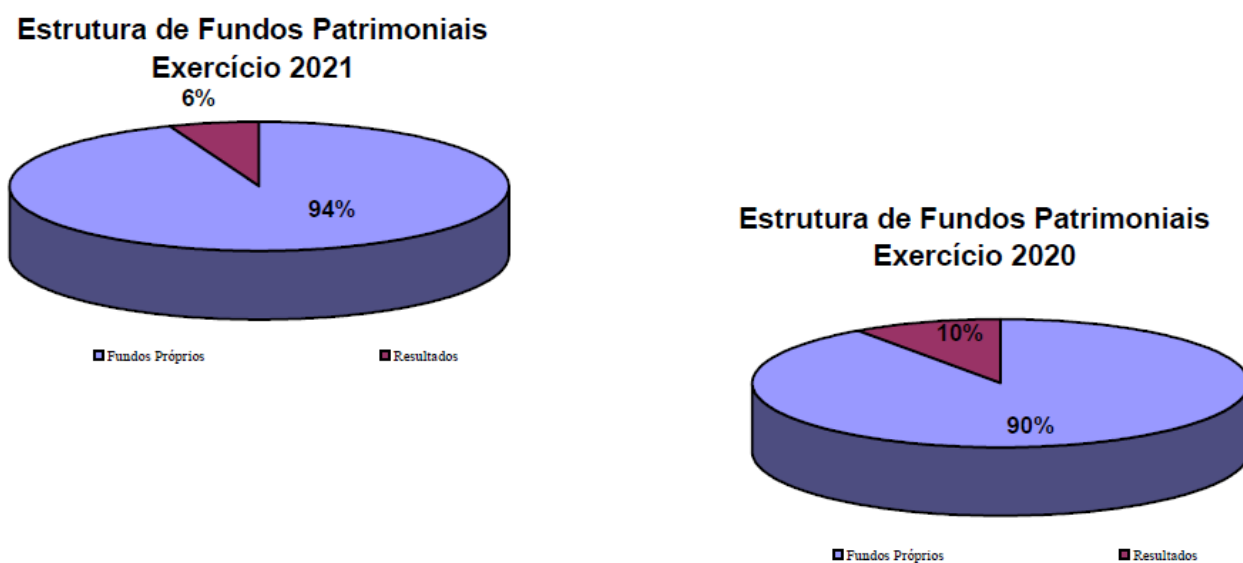
A estrutura dos Ativos é a que a seguir se apresenta graficamente sendo que, as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram nos Ativos Não Correntes e nas Disponibilidades.

Figura n.º 1



Estrutura dos fundos próprios

Figura n.º 2



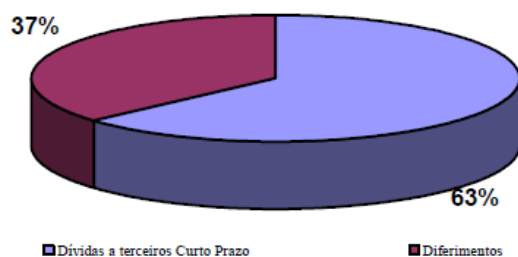
À data de 31 de Dezembro de 2021, os Fundos Patrimoniais da Instituição eram de 406.554,00 €. Os Resultados Líquidos do Exercício situam-se nos 24.139,20 €.

Estrutura do Passivo

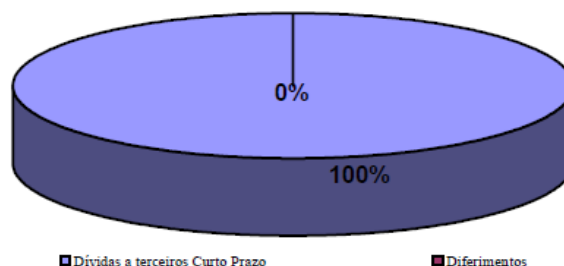
O Passivo da Instituição resume-se dívidas a terceiros com 56.129,92 € e diferimentos com 32.340,00 €.

Figura n.º 3

Estrutura do Passivo Exercício 2021



Estrutura do Passivo Exercício 2020



Demonstração de Resultados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 357.571,80 € e de rendimentos no valor de 381.711,00 €. Desta situação resultou um resultado líquido positivo de 24.139,20 €, que se reflete do seguinte modo:

Quadro n.º 2

Demonstração de Resultados Executado

Orçamento - 2021

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS		
Descrição	Gastos	Rendimentos
61 Custo das mercadorias vendidas	52.024,45	
62 Fornecimentos e serviços externos	62.954,47	
63 Gastos com o pessoal	215.094,77	
64 Gastos de depreciação e amortização	7.936,30	
68 Outros gastos e perdas	19.561,81	
72 Prestações de serviços		125.999,97
75 Subsídios, doações e legados à exploração		245.264,39
78 Outros rendimentos e ganhos		10.446,64
Totais	357.571,80	381.711,00
Resultado	24.139,20	

Quadro n.º 3

Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

Orçamento - 2021		(valores em euros)		
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução	Orçamento	Execução	Variação
Descrição	2020	2021	2021	Valor
Gastos e perdas				
61 Custo das mercadorias vendidas	48.123,35	61.040,00	52.024,45	-9.015,55
62 Fornecimentos e serviços externos	47.624,51	46.090,00	62.954,47	16.864,47
63 Gastos com o pessoal	215.210,19	234.227,00	215.094,77	-19.132,23
64 Gastos de depreciação e amortização	9.164,75	9.698,00	7.936,30	-1.761,70
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos e perdas	2.248,92	2.500,00	19.561,81	17.061,81
69 Gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais Classe	322.371,72	353.555,00	357.571,80	4.016,80

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2021 foi de 353.555,00 euros. O realizado foi de 357.571,80 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 4.016,80 euros.

Quadro n.º 4

Custos das Mercadorias vendidas (Executado vs. Orçamentado)

Orçamento - 2021				
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS GASTOS	Execução 2020	Execução 2021	Orçamento 2021	Desvio 2021
61 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	48.123,35	52.024,45	61.040,00	-9.015,55
612 MATERIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	48.123,35	52.024,45	61.040,00	-9.015,55
6121 MATERIAS-PRIMAS	48.123,35	52.024,45	61.040,00	-9.015,55

A rubrica de custos das mercadorias registou um desvio negativo de 9.015,55 euros, isto é, não ultrapassou o orçamentado.

Quadro n.º 5

Fornecimentos e Serviços Externos (Executado vs. Orçamentado)

Orçamento - 2021				
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS GASTOS	Execução 2020	Execução 2021	Orçamento 2021	Desvio 2021
62 FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	47.624,51	62.954,47	46.090,00	16.652,72
621 SUBCONTRATOS	0,00	0,00	0,00	0,00
622 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	15.972,28	29.001,14	10.400,00	18.389,39
6221 TRABALHOS ESPECIALIZADOS	692,82	16.968,01	850,00	16.118,01
6223 VIGILANCIA E SEGURANÇA	400,00	0,00	650,00	-650,00
6224 HONORÁRIOS	6.424,42	0,00	4.800,00	-4.800,00
6226 CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	8.455,04	11.821,38	4.100,00	7.721,38
6228 Outros	0,00	211,75	0,00	211,75
623 MATERIAIS	6.990,93	7.023,94	2.400,00	4.623,94
6231 FERRAM. E UTENS. DESG. RAPIDO	747,66	4.669,51	650,00	4.019,51
6233 MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2.074,75	2.189,23	1.750,00	439,23
6234 ARTIGOS PARA OFERTA	0,00	165,20	0,00	165,20
6238 OUTROS	4.168,52	0,00	0,00	0,00
624 ENERGIA E FLUIDOS	13.511,42	17.428,46	17.820,00	-391,54
6241 ELECTRICIDADE	4.276,48	3.986,96	3.960,00	26,96
6242 COMBUSTÍVEIS	7.915,89	11.881,15	12.010,00	-128,85
6243 AGUA	1.319,05	1.560,35	1.850,00	-289,65
625 DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	14,90	0,00	0,00	0,00
626 SERVIÇOS DIVERSOS	11.134,98	9.500,93	15.470,00	-5.969,07
6261 RENDAS E ALUGUERES	1.512,56	0,00	1.650,00	-1.650,00
6262 COMUNICAÇÃO	2.288,62	1.717,93	2.170,00	-452,07
6263 SEGUROS	2.228,29	3.098,56	1.700,00	1.398,56
6265 CONTENCIOSO E NOTARIADO	344,36	10,00	80,00	-70,00
6267 LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	4.761,15	4.669,44	9.870,00	-5.200,56
6268 OUTROS SERVIÇOS	0,00	5,00	0,00	5,00

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de fornecimentos e serviços externos ultrapassou o orçamentado em 16.652,72 euros.

Quadro n.º 6
Gastos com pessoal (Executado vs. Orçamentado)

Orçamento - 2021					
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS		Execução	Execução	Orçamento	Desvio
GASTOS		2020	2021	2021	2021
63	GASTOS COM PESSOAL	215.210,19	215.094,77	234.227,00	-19.132,23
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	177.250,74	174.032,56	189.823,00	-15.790,44
6321	VENCIMENTO BASE	145.839,02	144.894,39	147.848,00	-2.953,61
6322	SUBSIDIO DE FERIAS/SUBSIDIO DE NATAL	12.187,95	20.900,19	24.641,00	-3.740,81
6323	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	11.277,00	0,00	10.458,00	-10.458,00
6324	SUBSIDIO DE TRANSPORTE	1.028,68	0,00	550,00	-550,00
6326	DIUTURNIDADES	4.961,43	5.287,96	5.976,00	-688,04
6328	ABONO PARA FALHAS	348,00	0,00	350,00	-350,00
6341	INDEMNIZAÇÃO/RESCISÃO CONTRATO	1.608,66	2.950,02	0,00	2.950,02
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	33.735,93	38.851,92	39.954,00	-1.102,08
636	SEGUROS DE ACIDENTES TRABALHO	2.421,41	2.203,34	2.850,00	-646,66
638	OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	1.802,11	6,95	1.600,00	-1.593,05

A rubrica de gastos com pessoal registou um total de 215.094,77 euros e um desvio de 19.132,23 euros.

Quadro n.º 7
Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

Orçamento - 2021					
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS		Execução	Orçamento	Execução	Varição
Descrição		2020	2021	2021	Valor
Rendimentos e ganhos					
71	Vendas	124,25	350,00	0,00	-350,00
72	Prestações de serviços	130.666,90	131.380,00	125.999,97	-5.380,03
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	213.296,25	213.710,00	245.264,39	31.554,39
76	Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	55,68	0,00	10.446,64	10.446,64
79	Juros, dividendos e outros rendimentos	76,22	0,00	0,00	0,00
Totais Classe		344.219,30	345.440,00	381.711,00	36.271,00

O total de rendimentos e ganhos previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2021 foi de 345.440,00 euros. O realizado foi de 381.711,00 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 36.271,00 euros.

Quadro n.º 8**Vendas e Prestações de Serviços (Executado vs. Orçamentado)**

Orçamento - 2021				
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 2020	Execução 2021	Orçamento 2021	Desvio 2021
RENDIMENTOS				
71 VENDAS	124,25	0,00	350,00	0,00
711 MERCADORIAS	124,25	0,00	350,00	0,00
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	130.666,90	125.999,97	131.380,00	-7.099,03
722 QUOTIZAÇÕES E JOIAS	5.792,00	1.719,00	4.500,00	-2.781,00
7251 MENSALIDADES - Centro Dia	51.890,95	48.662,52	52.670,00	-4.007,48
7253 MENSALIDADES - CATL	3.274,13	5.451,74	2.600,00	2.851,74
7252 MENSALIDADES - SAD	62.044,84	65.465,76	62.160,00	3.305,76
7254 MENSALIDADES - N PROTOCOLADOS	13.456,98	4.700,95	13.950,00	-9.249,05

A rubrica de prestações de serviços registou um total de 125.999,97 euros e um desvio negativo de 7.099,03 euros.

Quadro n.º 9**Subsídios à Exploração (Executado vs. Orçamentado)**

Orçamento - 2021				
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 2020	Execução 2021	Orçamento 2021	Desvio 2021
RENDIMENTOS				
75 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	213.296,25	245.264,39	213.710,00	22.079,55
751 SUBSÍDIOS DOS ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	213.296,25	243.018,89	213.510,00	20.034,05
7511 SEGURANÇA SOCIAL	187.374,88	172.003,20	156.160,00	15.843,20
7511 Segurança Social - Layoff	635,40	1.178,57	0,00	1.178,57
7512 IEFP	8.980,27	0,00	0,00	0,00
7511 Programa Adaptar Social +	2.795,70	9.192,28	6.850,00	2.342,28
7515 Freguesia de Brasfemes	13.510,00	51.170,00	50.500,00	670,00
7522 Camara Municipal de Coimbra	0,00	9.474,84	0,00	9.474,84
752 SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
754 DONATIVOS (DOAÇÕES) E HERANÇAS	0,00	2.245,50	200,00	2.045,50
7541 DONATIVOS	0,00	2.245,50	200,00	2.045,50

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de subsídios à exploração ficou acima do orçamentado em 22.079,55 euros.

Quadro n.º 10**Outros Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)**

Orçamento - 2021				
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 2020	Execução 2021	Orçamento 2021	Desvio 2021
RENDIMENTOS				
78 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	55,68	10.446,64	0,00	10.446,64
787 RENDIMENTOS E GANHOS EM INVESTIMENTOS	0,00	1.543,50	0,00	1.543,50
788 OUTROS	55,68	8.903,14	0,00	8.903,14

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos ultrapassou o orçamentado em 10.446,64 euros.

BALANÇO ANALÍTICO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO		Unidade Monetária: Euro	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		2021	2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	190.685,28	200.432,30
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	6	-	-
Investimentos financeiros		3.644,55	3.564,73
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		194.329,83	203.997,03
Ativo corrente			
Inventários	7	1.350,04	819,26
Créditos a receber	8	8.268,89	16.634,74
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos		726,23	78,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		549,00	4.977,50
Outros ativos correntes		1.722,00	5.612,12
Diferimentos	9	1.122,04	2.368,53
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	10	286.955,89	214.435,10
Subtotal		300.694,09	244.925,32
Total do Ativo		495.023,92	448.922,35
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	215.302,80	215.302,80
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	2,11	35.455,04	
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	131.656,96	133.350,99
Resultado Líquido do período		24.139,20	37.723,09
Total do fundo do capital		406.554,00	386.376,88
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outros passivos não correntes			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	12	12.109,52	18.728,96
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	13	4.240,60	8.064,36
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	9	32.340,00	
Outros passivos correntes	14	39.779,80	35.752,15
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	12	12.109,52	18.728,96
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	13	4.240,60	8.064,36
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	9	32.340,00	
Outros passivos correntes	14	39.779,80	35.752,15
Outros passivos financeiros			
Subtotal		88.469,92	62.545,47
Total do passivo		88.469,92	62.545,47
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		495.023,92	448.922,35

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	15	125.999,97	136.583,15
Subsídios, doações e legados à exploração	15	245.264,39	213.296,25
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(52.024,45)	(48.123,35)
Fornecimentos e serviços externos	16	(62.954,47)	(47.624,51)
Gastos com o pessoal	17	(215.094,77)	(215.210,19)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	18	10.446,64	10.215,41
Outros gastos e perdas	19	(19.561,81)	(2.248,92)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		32.075,50	46.887,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(7.936,30)	(9.164,75)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24.139,20	37.723,09
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		24.139,20	37.723,09
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		24.139,20	37.723,09

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		196.540,24	141.565,41
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(130.486,47)	(88.877,50)
Pagamentos ao pessoal		(147.277,66)	(204.998,24)
Caixa gerada pelas operações		(81.223,89)	(152.310,33)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		153.744,68	181.483,54
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		72.520,79	29.173,21
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>			
<i>Outros Ativos</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>			
<i>Outros Ativos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>			
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Realizações de fundos</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>			
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções do fundo</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		72.520,79	29.173,21
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	214.435,10	185.261,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	286.955,89	214.435,10

ANEXO

1. Identificação da Entidade

O Centro de Bem Estar Social de Brasfemes é uma instituição particular de solidariedade social com sede na Freguesia de Brasfemes, Concelho de Coimbra, Distrito de Coimbra. Esta Instituição presta , relevantes e continuados serviços à comunidade onde se insere através da dinamização de um ATL e de um Centro de Dia com prestação de Serviço de Apoio Domiciliário.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras do período de 2021 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Uma vez que este surto tem impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as entidades públicas, as implicações no relato financeiro podem também ser muito significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade. Contudo, não é possível ainda proceder a qualquer estimativa sobre o efeito financeiro que este acontecimento irá ter.

3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos e apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é

material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Com exceção da rubrica “Edifícios e outras construções”, os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “Edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor

patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Anos de vida útil

Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos

subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, o qual corresponde a 3 anos.

O valor residual de um “Ativo intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este Ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Clientes e outros ativos correntes

As dívidas de “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.2.7. Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes. Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo anexo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência só se confirmará pela ocorrência, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.9. Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o despectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º do CIRC.

Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a

legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.10. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cáritas cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço como componente do capital próprio, líquidos do imposto a pagar, nos termos da nota de enquadramento da conta “593 – Subsídios”, sendo imputados a rendimentos do período na proporção das depreciações dos ativos subsidiados, efetuadas em cada período. Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a reconhecer na rubrica de “ajustamentos em subsídios”, por crédito de uma sub-rubrica de “outros devedores e credores”). Assim, em cada um dos períodos em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto.

No caso de subsídios relacionados com ativos não depreciáveis, estes são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar

qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “financiamentos obtidos”.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.12. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.13. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2.15. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

3.2.16. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.400,00	-	-	-	-	3.400,00
Edifícios e outras construções	191.415,83	-	-	-	-	191.415,83
Equipamento básico	67.736,35	-	-	-	-	67.736,35
Equipamento de transporte	81.780,05	-	-	-	-	81.780,05
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	38.798,44	-	-	-	-	38.798,44
Outros Ativos fixos tangíveis	3.608,13	-	-	-	-	3.608,13
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	386.738,80	-	-	-	-	386.738,80
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	75.852,29	3.871,96	(1.765,42)	-	-	77.958,83
Equipamento básico	60.964,89	1.544,06	(300,49)	-	-	62.208,46
Equipamento de transporte	74.400,72	1.688,94	2.312,50	-	-	78.402,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	34.941,17	831,34	1.434,87	-	-	37.207,38
Outros Ativos fixos tangíveis	3.478,87	-	129,26	-	-	3.608,13
Total	249.637,94	7.936,30	1.810,72	-	-	259.384,96

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.400,00	-	-	-	-	3.400,00
Edifícios e outras construções	191.415,83	-	-	-	-	191.415,83
Equipamento básico	67.736,35	-	-	-	-	67.736,35
Equipamento de transporte	92.419,53	-	(10.639,48)	-	-	81.780,05
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	38.798,44	-	-	-	-	38.798,44
Outros Ativos fixos tangíveis	3.608,13	-	-	-	-	3.608,13
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Total	397.378,28	-	(10.639,48)	-	-	386.738,80
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	71.880,32	3.971,97	-	-	-	75.852,29
Equipamento básico	57.977,49	2.987,40	-	-	-	60.964,89
Equipamento de transporte	72.711,78	1.688,94	-	-	-	74.400,72
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	34.424,73	516,44	-	-	-	34.941,17
Outros Ativos fixos tangíveis	3.478,87	-	-	-	-	3.478,87
Total	240.473,19	9.164,75	-	-	-	249.637,94

Os abates efetuados na rubrica das depreciações acumuladas no ano de 2021, são correções feitas nos saldos iniciais que transitaram de anos anteriores.

6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	311,59	-	-	-	-	311,59
Total	311,59	-	-	-	-	311,59
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	311,59	-	-	-	-	311,59
Total	311,59	-	-	-	-	311,59

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	311,59	-	-	-	-	311,59
Total	311,59	-	-	-	-	311,59
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	311,59	-	-	-	-	311,59
Total	311,59	-	-	-	-	311,59

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.608,62	46.333,99	-	819,26	52.555,23	-	1.350,04
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.608,62	46.333,99	-	819,26	52.555,23	-	1.350,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				48.123,35			52.024,45
Variações nos inventários da produção				-			-

8. Créditos a receber

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Cientes e Utentes c/c	-	-
Clientes	-	-
Utentes	8.268,89	16.634,74
Total	8.268,89	16.634,74
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Outros Créditos a Receber	-	-
Total	8.268,89	16.634,74

9. Diferimentos

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	437,20	892,53
Outros	-	1.476,00
Total	437,20	2.368,53
Rendimentos a reconhecer		
Outros Devedores e Credores - Junta de Freguesia Protocolo Escolar	32.340,00	-
Total	32.340,00	-

10. Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Caixa	1.283,92	323,95
Depósitos à ordem	160.671,97	89.111,15
Depósitos a prazo	125.000,00	125.000,00
Outros	-	-
Total	286.955,89	214.435,10

11. Fundos Patrimoniais

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	215.302,80	-	-	215.302,80
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	-	35.455,04	-	35.455,04
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	133.350,99	-	(1.694,03)	131.656,96
Total	348.653,79	35.455,04	(1.694,03)	382.414,80

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	217.804,28	-	(2.501,48)	215.302,80
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	136.350,99	-	(3.000,00)	133.350,99
Total	354.155,27	-	(5.501,48)	348.653,79

12. Fornecedores

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta conta encontra-se desagregada da seguinte

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	12.109,52	18.728,96
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	12.109,52	18.728,96

13. Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) (Reembolso IVA)	726,23	-
Outros Impostos e Taxas	-	78,07
Total	726,23	78,07
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	766,00	756,41
Segurança Social	3.432,41	7.307,95
Outros Impostos e Taxas	42,19	-
Total	4.240,60	8.064,36

14. Outros passivos correntes

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	30.836,18	-	26.568,24
Remunerações a liquidar	-	30.436,54	-	25.830,70
Outros acréscimos	-	399,64	-	737,54
Outros credores	-	8.943,62	-	9.183,91
Outros credores	-	8.943,62	-	9.183,91
...	-	-	-	-
Total	-	39.779,80	-	35.752,15

15. Rédito

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	-	124,25
Prestação de Serviços	125.999,97	136.458,90
Quotizações e Joias	-	-
Mensalidades	125.999,97	136.458,90
...	-	-
Royalties	-	-
Dividendos		
Total	125.999,97	136.583,15

Descrição	2021	2020
Subsídios, doações e legados à exploração	245.264,39	213.296,25
Segurança Social	173.181,77	187.374,88
IEFP	9.192,28	11.775,97
Camara Municipal Coimbra	9.474,84	-
Junta de Freguesia de Brasfemes	51.170,00	13.510,00
Donativos	2.245,50	635,40
Total	245.264,39	213.296,25

16. Fornecimentos e serviços externos

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	-	692,82
Serviços especializados	29.001,14	15.279,46
Materiais	7.023,94	6.990,93
Energia e fluidos	17.428,46	13.511,42
Deslocações, estadas e transportes	-	14,90
Serviços diversos	9.500,93	11.134,98
Rendas e alugueres	-	1.512,56
Comunicação	1.717,93	2.288,62
Seguros	3.098,56	2.228,29
Contencioso e notariado	10,00	344,36
Limpeza, higiene e conforto	4.669,44	4.761,15
Outros serviços	5,00	-
...	-	-
Total	62.954,47	47.624,51

17. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	174.032,56	177.250,74
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos Sobre Remunerações	38.851,92	33.735,93
Seguros de Acidente no Trabalho e Doenças Profissionais	2.203,34	2.421,41
Outros Gastos com o Pessoal	6,95	1.802,11
Total	215.094,77	215.210,19

18. Outros rendimentos e ganhos

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	55,68
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.543,50	-
Outros rendimentos e ganhos	8.903,14	10.159,73
Total	10.446,64	10.215,41

19. Outros gastos e perdas

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	83,63	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,03	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	19.478,15	2.248,92
Total	19.561,81	2.248,92

20. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, 15 março de 2022

A Direcção